

e performances no mundo social do HIV/AIDS (Rio de Janeiro)

Carlos Guilherme Octaviano do Valle

Universidade Federal do Rio Grande no Norte

RESUMO: Considerando o caráter multifacetado e socialmente heterogêneo da epidemia do HIV/AIDS, gostaria de refletir sobre as formas pragmáticas de apropriação, negociação e conflito de gênero em termos das disposições possíveis de masculinidade e feminilidade ou, ainda, suas amplas combinações entre homens e mulheres de diferentes identidades sexuais e diversos *status* sorológicos. Os contextos a serem explorados e descritos são aqueles particulares ao mundo social da AIDS, incluindo tanto o cotidiano de uma ONG AIDS específica, bem como os que se apresentam em situações tanto públicas como privadas na cidade do Rio de Janeiro. Pretendo discutir como novas subjetividades podem se constituir a partir dos usos de categorias sexuais e sorológicas, valores morais e de expressões performativas de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: interseccionalidade, HIV/AIDS, gênero, sexualidade, identidade.

O presente trabalho baseia-se em pesquisa etnográfica realizada no mundo social do HIV/AIDS, constituído na área metropolitana do Rio de Janeiro a partir do início da década de 1980. O estudo buscava o enten-

dimento aprofundado da experiência da doença entre pessoas infectadas pelo HIV/AIDS. Se as preocupações teórico-etnográficas foram iniciadas no ano de 1994, a pesquisa intensificou-se, de fato, entre 1997 e 1998, quando realizei extensa etnografia de diversas locações e entidades que atuavam diretamente nesse mundo social. Minha pesquisa de campo foi sendo orientada a partir dos contatos e redes que estabelecia. Iniciada no Grupo Pela Vidda-RJ, uma ONG carioca de extrema relevância para se compreender a organização e mobilização tanto social como política de pessoas afetadas e infectadas pelo HIV (Valle, 2000; 2002), passei a conhecer e freqüentar outros espaços de inserção e vinculação de pessoas soropositivas, especialmente por intermédio dos contatos que fazia na ONG. Conheci outras ONGs, grupos ativistas *gays*, Centros de Testagem Anônima (CTAs), laboratórios, alguns hospitais, além de ter participado de eventos importantes do ativismo HIV/AIDS, tais como os Encontros Nacionais de ONGs AIDS, os Encontros Nacionais de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS (conhecidos também como “Vivendo”), além de eventos de caráter global, como duas World AIDS Conferences (Vancouver, 1996 e Genebra, 1998).¹

Realizei uma etnografia multissituada, que se afinava às estratégias definidas de acordo com as situações encontradas – muitas vezes enraizando-me em certos espaços, tal como a intensa pesquisa etnográfica da rotina cotidiana do Grupo Pela Vidda, porém, orientando-me pelas dinâmicas contextuais de eventos e dos fatos que envolviam meus interlocutores de pesquisa –, mas que era também afinada empiricamente aos planos sociais que davam sentido à existência do mundo social da AIDS. Assim, foi necessário freqüentar CTAs, hospitais e postos de saúde, espaços em que minha agência etnográfica era mais pontual e articulada aos movimentos de meus interlocutores, fossem eles pacientes ou, então, profissionais de saúde com quem estabelecia contato. Acabei

por privilegiar, assim, certos entrelaçamentos desse mundo social a fim de alcançar determinada orientação na investigação empírica.

Seria difícil contabilizar o número total de contatos realizados que possibilitaram o adensamento de minha perspectiva etnográfica, afinal, conversas informais e sem nenhum propósito específico com pessoas que encontrava nos contextos e locações que transitava acabaram por gerar questões, idéias e apontamentos textuais que surtiram efeitos no trabalho realizado. Contudo, entrevistei formalmente 32 pessoas soropositivas de diversas origens sociais e de classe, variadas formações culturais e laços institucionais, sem considerar aqui “ativistas” e outras pessoas que participavam nos contextos de pesquisa, mas que não podem ser identificados como “soropositivos”. Vale salientar, portanto, que os espaços sociais que pesquisei não se caracterizavam por um recorte simplesmente particularista, a enfatizar um único marcador de diferença como a sorologia, o que implica dizer que esse trabalho não se resume a abordar experiências singulares ou exclusivas, cujas marcas particulares definiriam fronteiras sociais e interpessoais muito rígidas. Foi mais comum enveredar por situações etnográficas mais plurais e complexas que conjugavam uma variedade de pessoas bem diferenciadas entre si. No entanto, meus interlocutores de pesquisa constituíam um segmento bem significativo, aliás, do universo das pessoas infectadas (ou afetadas) pelo HIV. Esse segmento era mais diretamente envolvido com estruturas de saúde e formas de medicalização, ou seja, eram pessoas que tinham se inserido, com maior ou menor grau de incorporação, em instituições e organizações que davam plena legitimidade ao conhecimento e às práticas biomédicas, inclusive as ONGs AIDS. Portanto, era um segmento social, cujas fronteiras eram bastante ambíguas e operativamente complexas, mas que aprendeu a reconhecer mais nitidamente o caráter global da epidemia e os efeitos concretos da biomedicina, o que difere, em par-

te, mas não de todo, dos segmentos extremamente marginalizados tratados por Biehl (2007).

Dentre os muitos fatores sociais a tratar, as diferenças de classe, de gênero e de orientação sexual mostraram-se relevantes para a pesquisa. De fato, as diferenças de classe e de gênero implicam formas específicas de incorporação dos saberes e das práticas biomédicas (Guimarães, 2001), mas também dos próprios modos de lidar com os riscos de transmissão do HIV e, particularmente, com a sexualidade em termos das suas idéias, práticas e experiências. Na verdade, a sexualidade era provavelmente a questão mais central que articulava as pessoas em sua diversidade, apresentando-se como fator de articulação ou de diferenciação interna. Uma experiência particular como a do uso de drogas injetáveis, entendido como um dos vetores conhecidos de infecção do HIV, não era muito presente dentro do universo social pesquisado, obviamente porque a sua própria referência aludia a um estigma social que dificultava a sua maior exposição. Ainda assim, aparecia como experiência isolada, o que reforçava, inclusive, seu caráter minoritário. No entanto, a presença de tais fatores não impedia a criação e a manutenção de certas formas de convergência social e cultural, constituindo níveis de experiência que, ora seriam comuns e recorrentes ao lado das diferenciações que estavam presentes socialmente.

Uma das formas de convergência possível seriam as “comunidades acidentais de memória” (Malkki, 1997), quando existem planos e situações de ordenação social a envolver pessoas cujas trajetórias variadas e singulares acabam por ser aproximadas, tanto por processos sociais como acontecimentos ou eventos que se tornam decisivos para suas biografias e sociabilidades, tal como no caso de uma epidemia. Assim, considero os aspectos organizacionais que conformam as estruturas de saúde – tais como os hospitais, os centros de testagem e laboratórios, além de organizações civis, tais como as ONGs, todos eles possibilitando a formação

de vínculos sociais entre pessoas que, por seu turno, não tinham nenhuma relação anterior – um ponto essencial para se considerar os contextos metropolitanos e as dinâmicas urbanas que definiam o mundo social pesquisado. No caso das ONGs AIDS, a formação de novos vínculos sociais orientava-se no sentido de gerar e consubstanciar experiências da doença em termos de uma produção positiva, ao mesmo tempo coletiva e subjetivamente, de práticas e concepções (incorporadas) de ‘ser’ uma pessoa soropositiva. Contudo, essas “comunidades acidentais” (de ajuda mútua e, portanto, também geradoras de “memória”) não esgotavam seus efeitos positivos na objetivação produtiva de experiências da doença. A sexualidade seria um dos elementos fulcrais de ‘comunalidade’ (na ONG AIDS) na medida em que era vista como fator ordenador exponencial da vida íntima, apresentada, inclusive, através das próprias relações sociais.

Desse modo, os contextos socialmente heterogêneos que pesquisei expunham aproveitamentos e modalidades socioculturais pelo menos curiosas para um antropólogo disposto a entender como as disposições (objetivamente) construídas de gênero e de sexualidade fundiam-se, mesclavam-se ou eram constringidas por outros fatores, quais sejam, interseções de classe, raça e sorologia. No Rio de Janeiro, os universos heterogêneos, ‘misturados’, ‘mestiços’ de ONGs AIDS, tais como o GPV, evidenciavam, de fato, o escopo dos alcances e limites das estabilidades e desestabilizações de gênero e sexualidade que vêm se apresentando no Brasil das últimas décadas.²

Este trabalho tenta exercitar um pouco a questão da interseccionalidade (Crenshaw, 1991; McCall, 2005; Valentine, 2007), mas sem seguir completamente as indagações de proposta feminista. Ao longo da pesquisa etnográfica, tornou-se evidente que seria inviável deixar de lidar com as múltiplas interseções de gênero, sexualidade, raça, classe e também, vale salientar, *status* sorológico, fator que costuma ficar de fora

do debate sobre interseccionalidade. Essa preocupação com múltiplos fatores aparece, de modo não tão enunciado, nos trabalhos de Guimarães (1996; 1998; 2001). Talvez o que torna mais complicada a reflexão que se segue é o próprio *topos* empírico onde realizei pesquisa, que valorizava ou, ao menos, tinha de abarcar inúmeras interseções. Além disso, outra dificuldade seria apresentar de modo etnográfico – uma questão metodológica, portanto –, o que costuma ser apresentado, em termos teóricos, como padrões de “interseccionalidade estrutural” (Creenshaw, 1991, p. 1242). Não sei se consigo almejar tal objetivo, mas os materiais etnográficos suscitam exatamente a concretude da coexistência de múltiplas interseções sociais e culturais. Daí as dificuldades que teria se fosse entender a construção da “pessoa” soropositiva, abordagem que passou a se fortalecer, desdobrando (às vezes de modo equivocado) as considerações teóricas de Louis Dumont, em questionamento das abordagens individualistas das identidades. Se o debate sobre interseccionalidade coloca questões e limites para a reflexão das identidades, por seu lado, pensar sobre a “pessoa” soropositiva essencializa ainda mais o que me parece mais evidente em termos dos mundos sociais que estou tratando: a contingência da heterogeneidade. Mas esse último ponto ultrapassa o escopo deste trabalho.

Como proposta central, espero traduzir, por meio de relato antropológico, as dinâmicas intersociais que envolviam homens e mulheres de diferentes sorologias e diferentes origens e trajetórias sociais. Nesse sentido, *status* sorológico e classe, articulando-se igualmente a cor/raça, enquadravam e dimensionavam, de modo ainda mais complexo, as próprias relações de gênero entre pessoas de diversas orientações e identidades sexuais. Assim, disposições de feminilidade e masculinidade podiam condicionar as situações cotidianas através de sinais e práticas de conflito, negociação e, igualmente, apropriação tanto de categorias como de significados e valores de gênero diferenciado. Essas performatividades

de gênero, apresentadas nas ordens de interação social, aconteciam tanto nos espaços restritos da ONG como em outros contextos cotidianos fora da entidade. Deve-se destacar que estilos de humor constituíam um dos aspectos reguladores das interações sociais entre os homens e mulheres que pesquisei, o que possibilitava a própria negociação das expectativas e práticas de apresentação das identidades e das disposições de gênero.

Etnografando o Grupo Pela Vidda-Rio

Por suas características peculiares, escolhi como estudo de caso o Grupo Pela Vidda (GPV), uma das primeiras ONGs AIDS brasileiras a ter tanto objetivos ativistas de prevenção do HIV como atividades voluntárias e de ajuda mútua entre pessoas soropositivas. Criado em 1989, o GPV baseava-se, porém, em uma ideologia universalista, não restritiva por critérios de identidade, muito menos *status* sorológico, o que iria acarretar uma história bem particular, eivada por contradições exatamente por seu universalismo (Valle, 2000; 2002). Basicamente, sua ideologia centrava-se no princípio da “solidariedade” contra a AIDS, formulado de modo original por um de seus criadores, o escritor Herbert Daniel, membro igualmente da ABIA. A composição do GPV era bem heterogênea, incluindo pessoas de diferentes origens sociais e culturais, mas também representadas por diferenças de gênero e de identidade sexual. Sua já longa história enquanto entidade civil demanda um cuidado maior na descrição de seu caráter ‘heterogêneo’. Essa história espelha, de certo modo, desdobramentos do próprio processo de disseminação da epidemia do HIV/AIDS no Rio de Janeiro, mas que permitem certas aproximações à escala nacional, mesmo a global. De fato, criada como ‘apêndice’ da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), outra ONG importante para se entender a mobilização civil e política

(local/nacional/global) diante da epidemia, o GPV foi sediado, em primeiro lugar, em uma casa confortável de bairro da Zona Sul carioca (Jardim Botânico) até mudar sua sede, primeiramente ainda junto da ABIA, mas depois de modo autônomo, para diferentes sedes em prédios de negócios do Centro do Rio de Janeiro. Essas mudanças refletiam, em parte, estratégias da ONG de atingir públicos mais diversos do que os que inicialmente procuraram o GPV. Essas estratégias tinham sentidos que superavam até a cidade do Rio de Janeiro, se retomamos, por exemplo, os efeitos ‘expansionistas’ da ONG para outras cidades e regiões. A partir de 1990, foram criados Grupos Pela Vidda nas seguintes cidades: São Paulo (1989); Curitiba (1990); Goiânia (1990); Vitória (1991); Niterói (1991); Cascavel (1994); Recife (1994).³

Através de categorias que se mostrarão problemáticas, homossexuais masculinos e mulheres heterossexuais constituíam a maioria dos membros da ONG desde sua criação, mas homens heterossexuais e bissexuais e também lésbicas nunca deixaram de freqüentar e atuar diretamente na entidade. Essa composição bem particular, mas ainda heterogênea, gerou um plano complexo de interações sociais que envolviam questões óbvias de gênero e de sexualidade, especialmente sensíveis quando estamos considerando uma epidemia como a do HIV-AIDS. Essa presença mais visivelmente ‘gay’ e de mulheres heterossexuais seria recorrente em todo o período de minha pesquisa, sendo reafirmada anos depois, quando retornei ao GPV (2001-2002). Haveria de lidar, portanto, por ordenações bem particulares de gênero e sexualidade.

Em retrospecto, pode-se generalizar que a mudança de sede do Grupo Pela Vidda da Zona Sul para o Centro do Rio viria provocar uma tendência crescente e acentuada de incorporação de pessoas das camadas populares, homens e mulheres da Zona Norte e dos subúrbios cariocas, uma tendência notada de imediato pelos ativistas e voluntários do GPV, além do pesquisador. Evidente já em 1994, essa tendência à

‘popularização’ da ONG iria acentuar-se ao longo da década, declinando o ‘*ethos*’ classe média – em todos os seus estratos – que lhe caracterizara nos seus primeiros cinco anos de funcionamento. Em 1997, essa presença ‘popular’ era muito notável em todas as atividades da ONG, então uma entidade muito burocratizada, inserida de modo direto, tal como muitas outras entidades civis, com dinâmicas e parcerias institucionais ao mesmo tempo nacionais e globais (Galvão, 2000). Essa maior homogeneização social tinha sua correspondência também em outro aspecto, o da cor da pele dos seus participantes, especialmente aqueles que ocupavam o voluntariado da ONG, não ocupando funções específicas da administração da entidade. Deve-se deixar claro que não é minha intenção aqui polarizar a dinâmica organizacional interna do GPV em termos ‘raciais’ e de classe. Ainda que qualquer forma mais explícita de polarização social seja sempre relativa, podemos tomar a mestiçagem como uma característica e um valor presente – sobretudo em uma cidade como o Rio de Janeiro – e afirmar que as formas de mobilidade social em nossa sociedade seriam mais de classe do que racial. Contudo, deve-se salientar que passou a ser comum dizer que o GPV tinha se tornado realmente ‘popular’ e, por conta disso, mais aberto, ao menos no meu entender, às contradições da própria epidemia e, complementando, às contradições da ordem das relações de gênero e da sexualidade. Outras pesquisas que investigaram ONGs AIDS priorizaram a análise de aspectos políticos, ideológicos e macrossociais (por exemplo, Kayal, 1993). Curiosamente, as formas de expressão do gênero e da sexualidade em ONGs AIDS têm sido pouco discutidas ou praticamente esquecidas. O mesmo pode ser dito quanto aos outros estudos já conduzidos no GPV (Vallinoto, 1991; Klein, 1996) em que a sexualidade e as disposições de gênero pareciam compor domínio à parte, não destacado, do cotidiano da ONG. A observação participante e a descrição etnográfica foram, portanto, extremamente estratégicos para essa pesquisa.

Além disso, não quero me restringir ao espaço social do GPV *per se*, pois entendo que as questões que me parecem importantes sobre gênero e sexualidade transbordam e adentram a própria ONG, sobretudo através dos seus próprios membros, cujas vidas não se resumem à participação naquele espaço institucional.⁴

De modo geral, os membros do GPV procuravam e permaneciam na sede da ONG com idéias variadas, muitas vezes contraditórias, do que buscar ou fazer naquele espaço social. Se o problema do HIV/AIDS era central, algumas pessoas tinham um vínculo basicamente profissional, ocupadas em ‘trabalhar’, mesmo se o emprego em uma ONG AIDS envolvesse muitas vezes o ideal de compromisso solidário, enquanto muitos outros, os chamados “voluntários”, podiam ter determinados objetivos, o mais relevado de todos envolvendo a aquisição de conhecimento autorizado, confiável sobre HIV/AIDS. Acrescenta-se que o GPV era também um espaço catalisador de contatos, encontros e relações, privilegiando os sentidos de ‘ajuda mútua’ que algumas atividades pretendiam incentivar. Contudo, ajuda mútua seria uma definição e um significado ainda limitado para se entender as práticas e dinâmicas sociárias dos espaços das ONGs AIDS, além dos diversos outros que constituíam o mundo social da AIDS. Formas variadas de socialidade, algumas tendendo ao sentido de sociabilidade, proposto por Simmel (1997), mostram as limitações do sentido de ajuda mútua e até das concepções de solidariedade que costumam ser associadas a essas ONGs. Estes padrões simultâneos de interação, rotina, ritmo e atmosfera caracterizavam a complexidade do GPV como uma ONG, além de sua composição heterogênea. Assim, se consideramos que muitas pessoas tornaram-se afiliadas ao GPV porque foram infectadas sexualmente, pode-se dizer que ‘sexo’ era uma das questões mais constantes, talvez a mais importante (ao lado da saúde) para motivar conversas, interações e debate. Nesse caso, questões sobre a vida íntima eram constantemente aborda-

das e expressadas em um contexto de uma ONG AIDS. Mas também eram ‘puxadas’ para fora, condicionadas pelas novas interpretações que a vivência em uma ONG podia acarretar. Desse modo, gostaria de ressaltar que os mesmos cuidados que eu tenho para entender o GPV e suas dinâmicas societárias podem ser transpostos no caso de outros espaços públicos, situações e eventos por onde encontrava meus interlocutores de pesquisa. Penso nos grandes e ritualizados congressos como os “Vivendo”, os ENONGs, as AIDS World Conferences, cujas rotinas e programações são extremamente adensadas por interações e socialidades diversas. Até espaços institucionais como hospitais, postos de saúde e laboratórios não podem ser entendidos e observados por meio da condução exclusiva de práticas clínicas. Sexualidade, gênero, classe, cor/raça são dispostos singularmente e vividos através de particularidades pessoais que não se resumem ao binômio saúde/doença, inclusive porque os próprios corpos dispõem uma amplitude de marcadores de diferença apresentados e representados através das relações sociais.

A refletir a composição heterogênea do GPV, havia um conjunto extenso, mas delimitado, de categorias sexuais e de gênero usadas por seus membros como formas de classificação. Evidentemente, elas ecoavam usos e significados que ultrapassavam a própria ONG. Assim, consideremos as categorias culturalmente definidas em termos de diferenças mais dualistas de gênero: ‘homem’ e ‘mulher’. Elas eram consideradas com base em valores culturais dominantes de masculinidade e feminilidade. A análise antropológica de representações sexuais e de gênero, tais como as realizadas por Fry (1982, 1986) e Parker (1991), são relevantes para essa questão. Portanto, ser um “homem” ou uma “mulher” depende de um sistema hierárquico de representações de gênero, que enquadraram as relações entre homem e mulher; homem e homem; e mulher e mulher. Elas referem-se a disposições corporificadas constituídas pela formação do *habitus* (Bourdieu, 1977, p. 72), delineado, por um lado,

em um longo processo de socialização na família, em grupos de idade e na educação. Por outro lado, ideais de masculinidade (ser “homem”) e de feminilidade (ser “mulher”) têm de ser vividos, gerados em práticas sociais e, portanto, eles têm materialização performativa, tal como colocaria Butler (1993; 1999). Nesse sentido, ideais estruturalmente dominantes de masculinidade e feminilidade podem ser também contestados e reconfigurados através de práticas sociais. Ficar atento às contestações e reconfigurações seria necessário para contornar alguns dos limites da abordagens ‘interpretativistas’ da sexualidade, apoiadas em larga medida na antropologia de Clifford Geertz.

Outras categorias eram definidas por meio dos esquemas médicos de diferenciação sexual (“heterossexual”, “bissexual” e “homossexual”) e tinham uma base científica e, portanto, universal de legitimação. Elas dependiam de condições sociais de possibilidade e tinham uma extensão particular de uso e manutenção social. Elas tinham, porém, tanto positividade como limitação, inclusive porque acredito que elas têm uma disseminação ampla em contextos como o metropolitano carioca, mesmo se vêm sendo recondicionados e ressignificados através de interpretações socialmente variadas. Pode-se dizer que essas categorias se recondicionaram com mais vigor a partir dos efeitos de medicalização pelos quais a própria epidemia se definia, sobretudo na relevância que idéias como a de “grupos de risco”, por exemplo, passaram a ter.

Outras categorias referiam-se a um quadro de comportamentos estigmatizados, que iriam desviar de certa concepção de ‘normalidade’, por exemplo: “bicha”/“viado”; “sapatão”. Outras categorias foram incorporadas pelos efeitos provocados por discursos político-culturais específicos sobre as homossexualidades, especialmente aqueles originados na ‘cena gay’: “gay”/“guei”, “lésbica” e “GLS”. Outras categorias derivavam tanto do senso comum como de aproveitamentos singulares de linguagem popular, redefinidos através do que seria possível chamar, embora

de modo ainda problemático, de uma ‘linguagem *gay*’ (Leap, 1995) e, portanto, não possuíam significado essencialmente negativo: “macho ou bofe” ou “michê” (categorias que expressavam comportamento abertamente masculino), “trava” (“travesti”), “mona”, “racha” etc. Há outra categoria, usada e ouvida freqüentemente na ONG, que interessa reportar por seus significados jocosos e ambíguos: “mulher goiaba”. Referia-se a mulheres heterossexuais que tinham atração por homossexuais ou *gays*. Associa-se certamente com a categoria popular, ao mesmo tempo estigmatizante, mas aberta a ressignificações, da “bicha”. Como forma de explicação não era preciso muito subterfúgio: como uma pessoa que encontra um ‘bicho’ dentro de uma goiaba, uma mulher que “come” essa fruta pode, portanto, comê-lo, ou seja, a “mulher goiaba” procura (“come”) sexualmente as “bichas”. Em um espaço social composto por um grande número de homens *gays* e de mulheres heterossexuais, a categoria parecia ser significativamente útil. Em contraste, não havia real sentido no uso de uma categoria como, por exemplo, “homem goiaba”, porque afinal se um homem desejava sexualmente outro homem, ele seria, obviamente, uma “bicha”. Embora esses termos possam parecer anedóticos, eles têm importância na densidade etnográfica das conversas e falas que se apresentavam nos contextos dentro e fora da ONG.

Todas estas categorias eram usadas e circuladas entre os membros do GPV, embora seu uso dependesse de como a pessoa se definisse ou identificasse sexualmente, se era “homossexual” ou “heterossexual”, se era “homem” ou “mulher” etc. Portanto, concepções de gênero e de identidade sexual interferiam também nas práticas lingüísticas, mas devem ser relacionadas a outros fatores, sobretudo, classe e origem social, que acabam por acrescentar modulações às formas de compreensão lingüística. Em termos gerais, foi possível perceber que categorias sexuais definidas por critérios científicos, mesmo se popularizadas, tinham amplo entendimento por parte dos homens, independentemente de sua orientação

sexual. Mas as mulheres das classes populares do GPV tinham maior dificuldade de identificar-se ou pautar-se por categorias científicas, usando mais as categorias culturais de “homem”, “mulher”, “bicha” etc. De fato, idéias da sexualidade como “transgressão” não se afinavam à grande parte do conjunto de mulheres que pesquisei no GPV. Ao contrário da perspectiva defendida por Parker (1991), essas mulheres pareciam confirmar valores heteronormativos de diferença de gênero, confirmando evidências de Guimarães (1996) e Goldstein (1994), que mostraram a fragilidade do esquema analítico da “cultura sexual brasileira”, defendido pelo antropólogo norte-americano.

De fato, as categorias sexuais e de gênero que apresentei eram reproduzidas, incorporadas e parcialmente modificadas com propósito lingüístico, performativo, cuja densidade societária teve extrema importância para esse estudo. Na ONG, “homossexual”, “heterossexual” e “bissexual” tornavam-se simplesmente “homo”, “hetero” e “bi”. Estas eram as formas mais comuns de expressão de identidades sexuais dentre as outras possibilidades que se produziam dentro das fronteiras sempre móveis do campo de práticas lingüísticas. Contudo, acredito que apoiar-se apenas nos esquemas de categorização não redundaria em um exercício profícuo de análise, sobretudo porque as categorias podem implicar um plano de verbalização que não confirmam totalmente outras ordens de apresentação do gênero e da sexualidade. Em foco, as práticas expõem os canais mediadores por meio dos quais gênero e sexualidade seriam afirmados ou contestados. Mas as práticas são vividas e realizadas, sobretudo, de acordo com contextos que justificam modalidades de enunciação específicas (em detrimento de outras) que variavam por razão dos sentidos inerentes às socialidades e às relações que caracterizavam as situações.⁵

Um senso de estranheza – gênero e variação sexual em prática

Como registrei antes, o GPV sempre apresentou uma forte presença de homossexuais masculinos e mulheres heterossexuais. Essa participação nunca foi automaticamente fácil ou simbiótica, mas ela dependeu de longo processo de interações, envolvimento pessoais e engajamentos nas mesmas atividades. Visões estereotipadas, preconceitos e diferentes formas de reação inesperada combinaram-se através de interações sociais e nas próprias apresentações que cada pessoa realizava diante da outra, conforme a perspectiva de Goffman (1990a). Para muitas mulheres, assim, a chegada ao GPV envolvia uma direta associação entre homossexualidade masculina e efeminação. De fato, os discursos da AIDS como uma ‘doença homossexual’ eram muito comuns e prevaletentes no início da década de 1990. Essas expectativas podiam ser tanto confirmadas como colocadas em questão quando comportamentos masculinizados ou efeminados eram justapostos e concorriam nas mesmas atividades e situações sociais na ONG:

Eu achava que ia encontrar lá aqueles homens todos vestidos de mulher. Porque eu achava que homossexual era isso. Na minha cabeça era isso. (...) Eu só conhecia cabeleireiro. (...) Eu achava que era assim. Falavam que era assim, que eles se vestiam de mulher. Travesti, que era na Lapa. Para mim, tudo era a mesma coisa. Travesti, homossexual era uma coisa só. Não existiam outras coisas. Travesti! (...) Eu olhava assim na primeira vez para o Geraldo. Ele não é não! Será? (mulher, 65 anos, dona de casa, veterana do GPV)

Balizado por estereótipos sexuais, as imagens indistintas e as representações culturais do “homossexual”, associadas com outras imagens,

tal como a do “travesti”, condicionava as expectativas de muitas mulheres que participavam no GPV. Através da reprodução cultural de este-reótipos, o homossexual e o travesti podiam compor a mesma categoria, assinalada por meio do comportamento e da aparência feminina. As surpresas podiam ser outras. Por exemplo, os freqüentes comentários sobre a cultura visual do GPV e da ABIA ajudavam a confirmar, para muitos participantes, os fortes vínculos entre AIDS e homossexualidade, especialmente através dos muitos *posters* e cartazes de prevenção expostos nas paredes. Uma vez, uma mulher me contou: “Na primeira vez que fui ao Pela Vidda, fiquei assustada com os cartazes de homens se abraçando.” Muitas das imagens de belos e jovens homens nas mais diversas poses de expressão afetiva, até erótica, expressavam, porém, uma representação cultural bastante particular, informada, sobretudo, por uma ‘imagery’ *gay* cosmopolita: corpos musculosos, atléticos e esteticizados. De fato, a maioria tinha sido produzida por ONGs AIDS européias e norte-americanas, o que implicava o uso sistemático e a incorporação cultural no contexto brasileiro de imagens e cultura material que se trocava nos circuitos transnacionais de ativismo HIV-AIDS. Todavia, qualquer que fosse o grau de familiaridade com essas imagens ‘*gay*’, grande parte das mulheres que se tornaram componentes do GPV achava que a homossexualidade era “algo muito distante, afastado”. Uma jovem mulher, solteira, que visitou o GPV pela primeira vez em 1989, me relatou suas reações, misturadas de estranheza e curiosidade, até mesmo satisfação, combinadas com a compreensão histórica do número variável, mesmo decrescente, de homens *gays* na ONG do início de sua criação até o fim da década de 1990. Deve-se notar o modo que ela emprega as categorias sexuais:

No começo, era muito esquisito para mim. Era muito estranha a minha relação com as pessoas que tinham práticas homossexuais. Porque não fa-

zia parte do meu conhecimento ou do meu meio. Para mim era uma coisa completamente estranha. Eu achava muito esquisito. Sabe. As coisas me chocavam. E ao mesmo tempo eu achava engraçado. Tinha muita bicha pintosa no Pela Vidda naquela época. Tipo as Lornas [Washington, então conhecida transformista carioca] da vida. Que iam para lá e faziam show. Eram estrelíssimas. Aquilo tudo era muito engraçado. Era diferente. Ao mesmo tempo me chocava. Hoje, eu sei que a maioria das mulheres que chegam no Pela Vidda se chocam ainda com os *gays*. Mas hoje o número é bem reduzido e eu não sei se eu me acostumei. Também tem isso. Elas ficam meio chocadas. Eu falo: “Não precisa se preocupar com essa sensação não, que isso vai passar. Daqui a pouco você vai estar achando que tudo é normal. Você vai acabar virando GLS” (risos) “O que é isso?” “Simpatizante. Você vai acabar achando normal, normal, muito normal”. Tudo que é diferente a princípio se estranha mesmo, mas hoje em dia pessoal ainda vem reclamar comigo. “Mas aqui tem muito viado!?” (mulher, 32 anos, desempregada, HIV+)

Ainda que fosse, para muitas das mulheres que passavam a participar do GPV, uma dura experiência de códigos morais conflitantes, outra mulher, tal como a última citada, chegou a me falar da mudança de valores sobre homossexualidade. Se era uma experiência “estranha” (sic, ‘queer?’), ‘distante’, sua filiação à ONG motivou uma gradativa mudança a favor da tolerância social, quando homens *gays* passaram a ser, segundo seu ponto de vista, “normais”, tal como tudo que é “novo” acaba sendo normalizado um dia. Essa aceitação da homossexualidade por parte de mulheres heterossexuais pode sugerir o sucesso dos princípios ideológicos do GPV de ‘viver com HIV e AIDS’. Talvez mais uma vitória da ‘solidariedade’? Como veremos depois, diferentes contextos de sociabilidade foram importantes em definir o real alcance dessa solidariedade.

Mas as formas de interação e socialidade entre mulheres heterossexuais e homens *gays* não foram as únicas conseqüências exclusivas da afiliação ao GPV. As interações cotidianas e semanais facilitaram a incorporação de conhecimento sexual, de novas categorias ou idéias sobre sexualidade e expressão sexual, que eram distintas dos esquemas mais convencionais de variação de gênero e de ‘desvio’ sexual que definiam, por exemplo, a homossexualidade. Isso era mais notável entre as mulheres das classes populares. Muitas dessas mulheres relataram do processo formativo de maior compreensão de identidades sexuais, que iria também gerar uma nova percepção de suas próprias identidades. Havia a incorporação de categorias e discursos dominantes de classificação sexual, socialmente operantes em esferas clínico-médicas, mas também no mundo social do ativismo de AIDS:

Pesquisador: Você sabia, usava, essas palavras, esses termos, homossexual, heterossexual?

Nelly: Não, não. Nem passava. Nunca escutava falar. Eu só sabia assim: bicha. Homossexual era aquele que virava a mão e o bicha era aquele que andava com aquela roupa. Mulher lésbica era sapatão: “É sapatão, sapatão” (ri) “O que é sapatão?” “Gosta de mulher, gosta de mulher!” “Ah, que faz sabão com mulher!” Era o que se escutava na escola que uma mulher se esfregava na outra.

Pesquisador: Você falou da bicha e da roupa.

Nelly: Da roupa é o que veste de mulher. Bota um enfeite no cabelo. Travesti. Tinha muito ali na Rua da Carioca antigamente. Agora não tem. Cinelândia. Era bem cheio dessa história. Eu conheci assim. Não se falava. Não se falava assim. Eu fiquei treinando quando eu cheguei no Pela Vidda. Hetero, homo. Quando me perguntavam eu não sabia! (ri) “O que é isso?” (mulher, 45 anos, HIV+, classe popular, aposentada)

Visibilidade e pragmáticas homossexuais: apropriações

Sem ser um grupo ativista *gay*, o Grupo Pela Vidda apresentou por muitos anos uma presença expressiva, visível de homossexuais masculinos, secundados por mulheres heterossexuais. Geralmente os discursos e a representação da homossexualidade masculina foram muito evidentes até 1994-95. Uma pragmática de comportamentos efeminados (o “dar a pinta”) era muito comum em contextos de sociabilidade. Algumas atividades da ONG eram dominadas por uma visibilidade ‘*gay*’ e por comportamentos mais efeminados, tal como na “Tribuna Livre”, que era considerada como o contexto ideal de ajuda mútua, reflexividade e dos valores de “convivência”. Muitos dos seus temas ou tópicos colocados em discussão coletiva tinham conotação *gay*/homossexual ou, se não o tinham, eram atravessados por demonstrações de desejo homossexual ou sensibilidade “homo” (*gay*), especialmente por altas doses de humor homossexual, que mesmo chocava muitos *gays* recém-chegados. Certamente nem todos os membros homossexuais do GPV podiam ser descritos em termos de um humor homossexual. Não podemos generalizar o comportamento das pessoas simplesmente em termos de um “*ethos*”, mas talvez sugerir uma pragmática de “dar a pinta” que destacava-se nos contextos de sociabilidade e de trabalho da ONG, gerando efeitos para as interações entre seus membros. Essa pragmática se aproxima do que se entende por ‘*camp*’, mas sem insistir demais no caráter esteticizante que o termo costuma ter na literatura especializada anglo-saxã (Sontag, 1987; Meyer, 1994; Cleto, 1999). Repensando a etnografia do GPV, reavaliei a conveniência de se usar a idéia de um “*ethos*” homossexual. Embora a idéia de “*ethos*” seja importante para diversos antropólogos desde Gregory Bateson a Clifford Geertz, por exemplo, entendendo que ela possa incorrer em uma substancialização desnecessária, aliás, risco que reconheço estar sempre presente em minha abordagem.

Talvez, assim, a idéia de pragmática ajude a entender meu argumento e dar mais sentido ao esforço de descrição etnográfica. Estavam, pois, em jogo pragmáticas e estéticas homossexuais no sentido plural, que se apresentavam, portanto, de múltiplas formas através das diversas inserções de, sobretudo, homossexuais masculinos. Essas modulações oscilavam entre critérios e referências mais masculinizantes (“macho”, “hetero”, ‘*butch*’) e, seu complemento, feminilizantes (“pintosa”, “homo”, “mona”, ‘*camp*’). Notavelmente, não apenas as mulheres heterossexuais absorviam esta atmosfera de tolerância sexual, mas também muitos homens e mulheres homossexuais tiveram de reconsiderar suas próprias idéias de efeminação, masculinidade, sensibilidade homossexual e os discursos sobre sexo e de um erotismo ‘*gay*’. Para muitas pessoas que viviam uma sexualidade, digamos, mais recolhida (‘no armário’) ou queriam evitar formas de estigmatização, o GPV dava condições de envolvimento pessoal num círculo social de homossexuais masculinos sem estarem afiliados a uma organização ativista *gay*:

Eu nunca tinha discutido tanto a sexualidade e a homossexualidade e doença na minha vida. Tanto a doença, que eu tive uma crise no Pela Vidda. Eu entrei no Pela Vidda. Dois meses depois, sei lá, um mês depois, eu falei: “Nunca mais volto. Não agüento falar mais de pneumocistose e de pneumonia”. Fui embora e dei a crise: “Nunca mais eu volto!” Fiquei quinze dias sem ir ao Pela Vidda e voltei. Fiquei que estou até hoje. Foi só para me recuperar daquela história e encarar de frente as discussões. E em relação à sexualidade também. A homossexualidade. Se hoje eu falo com muita naturalidade, antes eu não era! Ouvir falar o outro: “Ah, porque eu transei com a bicha. Chupei o pau.” Lá nas Tribunas. Sabe que antigamente as Tribunas eram mais quentes do que hoje. Quente, eu digo, os assuntos eram mais profundos. Sei lá. As pessoas eram interessantes. Aquelas histórias todas: “Ha!”. Por um lado, me horrorizava, mas por outro me fascina-

vam porque era um mundo nosso. Isso. Um mundo *gay*. É isso mesmo. As pessoas fazem. Eu não fazia aquela história toda de michê, de transar, aquilo tudo, mas o mundo era isso. Ou eu encarava de frente aquela discussão até para na minha cabeça entender tudo isso que você procura entender hoje. Essa ligação da história e do passado. Eu queria entender. Como eu cheguei nisso? (veterano do GPV, 32 anos, HIV+)

Esta maior visibilidade de homossexuais masculinos gerou na maioria das vezes sentido inicial de estranhamento por parte das mulheres heterossexuais. Se o GPV era dominado por uma ‘atmosfera’ *gay* até meados da década de 1990, o grupo era também afetado por certo grau de desconfiança, incompreensão e mesmo rejeição. Havia debate interno entre os membros veteranos, as lideranças e diretores da ONG, muitos deles homossexuais, sobre o comportamento efeminado (o “dar a pinta”) que era visto como um obstáculo objetivo para a incorporação de novos membros ou na afiliação de homens e mulheres heterossexuais.

Certamente que a grande visibilidade e presença de homossexuais masculinos tiveram impacto no modo que o GPV era socialmente percebido, inclusive por meio de uma associação simbólica entre homossexualidade e o contexto de uma ONG AIDS. Comentários de que o GPV era um “gueto *gay*” eram usualmente ouvidos, seja entre membros homossexuais ou heterossexuais. Isso certamente pode ter causado um impacto negativo na afiliação de homens definidos como heterossexuais na ONG durante longo tempo. No entanto, a partir de 1994, a presença e as vozes heterossexuais masculinas passaram a ser mais notadas e ouvidas, embora ainda em número muito limitado. Certamente, tanto embaraço como estranhamento mostravam uma distância objetiva da pessoa de redes e grupos homossexuais como também a insegurança de ser socialmente identificado como *gay* ou bissexual por conta do HIV/AIDS. Mas a sedução ‘*gay*’ era outro dilema a ser confrontado na ONG:

Eu liguei para lá. Era lá onde é a ABIA. Aí, nós entramos numa sala lá. Tinha pouca iluminação e tal. Ele começou conversando um pouquinho e me deu um abraço e tal. Eu não sei se foi viagem minha. Eu não sei. Eu fiquei grilado com aquele abraço e daí nunca mais fui lá. Não sei também se não era o momento de eu freqüentar o grupo. Eu fiquei assim meio assustado com aquilo. Ele não fez nada de mais. De repente, eu não sei. Hoje, analisando, pode ter sido um abraço de amigo, demorado. Uma coisa assim de intenção de passar solidariedade, passar tranqüilidade como pode ter havido alguma maldade naquele abraço. Eu não sei. Até hoje eu não consigo definir muito bem. Não aconteceu nada, assim. (homem heterossexual, HIV+, classe popular)

No entanto, alguns homens identificados heterossexualmente passaram a ter uma perspectiva diferente sobre suas relações com *gays* no GPV. Por um lado, eles podiam reconhecer essa ‘atmosfera’ *gay*, inclusive o comportamento efeminado, que eles poderiam responder ironicamente. Por outro lado, eles podiam ser também enfáticos ao dizer que as “bichas” ou “viados” do Pela Vidda tinham sido muito receptivos e deram-lhes suporte real quando entraram na ONG. Seus colegas homossexuais deram-lhes a solidariedade notada por meu informante, sobretudo quando eles julgavam que ela era necessária após saberem seu *status* sorológico. Assim, os homens heterossexuais tiveram de reconsiderar os modos nos quais eles iriam socializar com homossexuais masculinos, tal como faziam, ao mesmo tempo, as mulheres heterossexuais. Seja por humor, por ironia e jocosidade, mas também por certa reserva nas interações sociais, os homens heterossexuais tiveram que lidar com novas formas de interação com homens que tinham uma orientação sexual diferente da sua e que, conseqüentemente, podiam ter desejo sexual por eles mesmos.

Por razões difíceis de explicar, a cumplicidade masculina heterossexual (não ‘*gay*’) passou a ser mais notada somente depois de 1994, acentuando-se, de fato, em 1998. Um tipo de pragmática de masculinidade, dita “careta”, segundo os comentários de membros homossexuais do GPV, de ‘machos’ (na expressão inglesa de “*men behaving badly*”) tornou-se mais visível, especialmente em pequenos grupos de conversação dentro do GPV, replicados em contextos públicos de sociabilidade, que envolviam grande quantidade de bebidas alcoólicas e relatos de sexo com mulheres e mesmo paquera heterossexual. Essa pragmática de masculinidade ‘macho’ não conseguiu substituir ou reduzir seu oposto, as pragmáticas de comportamento efeminado, que caracterizavam de modo dominante o GPV ao longo dos anos. Esta configuração paralela e concorrente de comportamentos e modos de masculinidade evidenciava as contradições e as disposições que mesclavam-se entre si, que estavam particularmente integrados pela manutenção de relações jocosas, o que mostrarei mais adiante.

Construindo amizades – espaços públicos, contextos privados

Os contextos de sociabilidade produzidos através da afiliação na ONG AIDS não gravam apenas modos heterogêneos, distintos de apreensão social de outros membros, seja por sua aceitação ou não, por desconfiança. Em geral, as atividades do GPV permitiam condições próprias de encontro e diferentes socialidades entre as pessoas, sobretudo membros veteranos e novatos. Algumas vezes, contatos podiam desenvolver-se em amizades mais próximas de longa duração. Interações regulares contribuíam para a formação de várias redes sociais, definidas, condicionadas e atravessadas por muitos fatores, tais como idade, gênero, *status* soroló-

gico, classe e orientação sexual. Outras vezes, as interações podiam se encaminhar para uma dimensão mais erótica ou sexual de grande intimidade. Contato interpessoal era comumente expresso através de linguagem corporal mais intensa (abraços, carinho físico, beijos). Portanto, o espaço social do GPV possibilitava a concretização de ideais de “convivência”, o que dimensiona o alcance da construção de diferentes tipos de laço e vínculo social na ONG.

Quando a sede do GPV mudou para o Centro do Rio de Janeiro, era muito comum observar a formação de pequenos grupos de participantes da ONG após o término de uma atividade específica, sobretudo noturna e, especialmente, nas sextas-feiras após a Tribuna Livre. As pessoas reuniam-se, informalmente, com a proposta de sair para algum bar, restaurante, cinema ou boate. Como o Centro do Rio oferecia razoável número de opções de diversão, uma provisão ampla de transporte público noturno, sem contar alternativas de encontros sexuais, era uma área urbana que facilitava a continuidade das relações fora do espaço da ONG. Vale acrescentar que o Centro do Rio possui uma história de locais de encontro homossexual, que eram, inclusive, conhecidos, pelos participantes do grupo. A Cinelândia e a Lapa oferecem lugares e opções (social e culturalmente) variadas de divertimento e socialização acessíveis aos membros do GPV que tinham que fazer uma pequena caminhada de cinco minutos da sede. Bares como o Amarelinho, o Azulzinho e, então funcionando, o Verdinho ou o Safe Bar, bem como restaurantes como o Só Feijão, eram locais de encontro para muitos cariocas e turistas. Boa parte da etnografia foi realizada acompanhando as redes formadas por membros do GPV após a conclusão de alguma atividade formal da ONG. Algumas vezes, casas noturnas ‘*gays*’ eram também opção para dar uma ‘esticada’, tal como o atualmente fechado Bohêmio, que funcionava às sextas feiras, ou, eventualmente, algum lugar “carenta”, portanto heterossexual, tal como o Café Nice. Socialmente, cons-

truía-se ou positivava-se, portanto, formas de identidade sexual, especialmente a de “*gay*”, para *gays* e lésbicas, quando se selecionava algum lugar de lazer ou divertimento, definidos então como do “gueto” ou “mundo *gay*” ou “GLS”. Apesar das redes apontarem para recortes em termos de sexualidade, era muito freqüente a heterogeneidade de composição, inclusive por classe. Muitas pessoas das classes populares, homens ou mulheres, acompanhavam seus colegas nos bares, restaurantes, mesmo boates, mas acabavam arcando com o mínimo de despesas, algumas vezes sendo ‘bancadas’ por algum amigo, colega ou, simplesmente, não pagavam (nesse caso, a merecer comentários sutis negativos no grupo de pessoas).

As interações podiam ser estendidas para outros dias, sem necessariamente uma atividade ou obrigação formal da ONG. Eram outros contextos de interação e sociabilidade que podiam ter espectro variado, sobretudo mais privado, implicando convites e fronteiras socialmente estabelecidas de participação e escolha dos membros. Diferentes formas de festa (aniversários, por exemplo) e churrascos eram regularmente organizados por membros do GPV, especialmente quando uma rede social interna estava aos poucos se consolidando e estreitando as vinculações entre colegas de ONG. Assim, cheguei a acompanhar encontros desse tipo em lugares mais variados, distantes até do Centro do Rio, de Copacabana a Ilha do Governador, de Niterói a Nova Iguaçu, do Catumbi a Ipanema. Algumas vezes, viagens de poucos dias eram planejadas, sobretudo para a casa de veraneio ou sítio de algum membro ou de sua família. Se a idéia de rede permite pensar em um alargamento e uma possível expansão de relações, o que coloca também a possibilidade de incorporação de pessoas, as fronteiras sociais existiam evidentemente, o que implica dizer que determinadas pessoas tinham mais fácil acesso a algumas redes do que outras. Mulheres casadas tinham mais dificuldade de atuar nessas atividades informais e privadas. A idade podia ser um

fator de filtragem, mas não tão presente, pois havia certo equilíbrio etário de pessoas adultas entre 20 a 45 anos. A sexualidade podia motivar a participação em certos grupos, mas era um fator que buscava ser minimizado, afinal a “solidariedade” devia contar independentemente (em suposição) das identidades sexuais. Talvez em retrospecto a questão de classe e, em seguida, a de cor/raça, contassem mais explicitamente na formação das redes e também nos convites. Foi interessante notar quem era convidado para o que, sobretudo festas particulares ou viagens a casas de veraneio. Usando o argumento de ‘maior’ intimidade, pessoas eram descartadas exatamente porque não se afinariam ao perfil do anfitrião e de seus convidados. Podia ser tanto uma festa ‘*drag*’ em Copacabana, uma viagem para um sítio em Mauá ou uma festa paga ‘*gay*’ em Ipanema, todos os contextos orientados por fatores de classe e, numa ordem menos explicitada, mas sutilmente objetivada, de cor.

Nesses contextos de interação e sociabilidade, especialmente aqueles públicos (bares e restaurantes), os membros do GPV passavam longo tempo conversando de modo insistente e corriqueiro sobre a ONG, seus colegas e participantes, fazendo política interna e expressando os níveis interpessoais de conflito. Mas esses tópicos podiam ser substituídos, muitas vezes de modo abrupto, por alguma temática mais sexualizada ou erotizada, especialmente pela possibilidade de encontro de novos parceiros sexuais e eventuais conversas com a finalidade de paquera. Certamente, o conjunto de assuntos e conversas era extremamente amplo, variando com as práticas e fatos mais recorrentes naquele período para aquelas pessoas, inclusive devendo-se notar que essa variabilidade dependia da própria composição das redes e grupos que interagiam. Conversas sobre saúde e doença, terapias biomédicas e alternativas eram muito comuns, evidentemente. Deve-se acrescentar que provocações e atitudes jocosas, influenciado, muitas vezes, por um senso humor digamos ‘*camp*’, sexualmente ambíguo ou efeminado, podiam irromper con-

forme as redes que eram geradas através da socialização de pessoas do GPV. Mas parece-me certo afirmar que as atividades reflexivo-discursivas da ONG através de seu caráter de ajuda mútua, mas também a potencialidade societária provocada pela convivência nos espaços internos do GPV, que potencializavam por extensão que as pessoas passassem horas a fio conversando e papeando em espaços públicos. Certamente era um modo de estreitar e consolidar relações entre desconhecidos. Mas esses contextos auxiliavam também para estratégias mais diretas de sedução e de paquera, tanto para homens como mulheres, talvez mais explicitamente para alguns homens do que realmente para o conjunto de mulheres que participavam da ONG. Mulheres solteiras ou sem relacionamento formal podiam tomar a dianteira para alguma forma de provocação e sedução, inclusive porque a idéia de que a sexualidade da mulher devia ser livre e autônoma acabava por se impor em boa parte das concepções e princípios ideológicos do GPV, tal como seria extremamente malvisto qualquer objeção mais explícita à identidade e comportamento homossexual.

Certamente havia diferença, então, entre a sociabilidade dentro e aquelas fora do espaço social do GPV. Algumas regras de comportamento apropriado, etiquetas internas, que constituem um dilema bem sensível para qualquer ONG AIDS, mesmo as mais socialmente 'liberais', geravam constrangimentos morais para os membros do GPV. Mas esses princípios morais, geralmente informais, não eram operativos de modo direto ou claro em contextos fora do GPV. Assim, os comportamentos precisam ser associados à formação e extensão das redes sociais de membros e não membros da ONG, além de serem influenciados pelos próprios lugares e contextos onde eles se encontravam e interagiam, tanto os públicos como os privados. Além disso, as redes sociais de membros dependiam de critérios socialmente sutis, eventualmente explícitos, de escolha de componentes. Como expliquei antes, algumas formas de

evitação social e de exclusão entre membros do GPV eram baseadas em um controle contínuo, mas não formal, de fatores e atributos que definiam distinção social (Bourdieu, 1986). Portanto, diferenças culturais e de classe eram operadas e apresentadas de modo, às vezes, bem claro e ostensivo, determinando positivamente a conformação de certas redes internas e, além disso, dos próprios lugares públicos a que se podia frequentar ou não. Minha etnografia acompanhou historicamente a conformação de tais redes e os diversos mecanismos de distinção que operavam sem sua própria regularidade e manutenção social.

À primeira vista, o princípio da “solidariedade” parecia se impor objetivamente diante da política de identidades no GPV. Como homossexuais masculinos e mulheres heterossexuais, tanto soropositivos ou não, constituíam a maioria dos membros do GPV a partir de 1990, eles tiveram de interagir em uma variedade de contextos, que podiam ser mais ou menos definidos por critérios de gênero (por exemplo, o “Grupo de Mulheres”) e, muito menos, por orientação e identidade sexual. Um espaço definido pelo recorte de gênero, tal como o “Grupo de Mulheres”, era evitado por homens, sem considerar a identidade sexual. A partir do final da década de 1990, um novo grupo interno ao GPV foi criado: o “Grupo de Homens”. Contudo, ele não fez parte do período que realizei a pesquisa etnográfica, embora tenha conhecido e participado dele algumas vezes em 2001. A presença de homens no “Grupo de Mulheres” era normalmente abrupta ou entendida como perturbadora, causando, diversas vezes, protesto por parte das mulheres da ONG. Mas se uma maioria de mulheres era encontrada em uma atividade como essa e, até mesmo, em outra como o “Café Positivo”, elas foram muito menos presentes, ao menos de 1994 em diante, da “Tribuna Livre”, que era entendida como uma atividade aberta, independente do gênero, mas, de fato, frequentada por uma grande composição de homens, sobretudo *gays*. Foi apenas a partir de 1998 que pude notar um aumento do

número de homens auto-identificados como heterossexuais, além de mulheres, ambos solteiros ou separados, em atividades como o “Café” e a “Tribuna”. Quando mulheres participavam da “Tribuna”, elas eram, sobretudo, solteiras ou separadas. Raramente encontrei uma mulher casada ou comprometida com algum relacionamento mais formal. A Tribuna era realizada nas sextas-feiras à noite, o que era considerado horário difícil para a freqüência de mulheres heterossexuais casadas. Assim, as particularidades de estado conjugal devem ser sempre consideradas se quisermos descrever e analisar a variedade de contextos de participação e sociabilidade dentro da ONG, além das externas e públicas fora da ONG. Muitas mulheres podiam apenas encontrar homossexuais masculinos no “Café Positivo”, que era organizado toda segunda-feira após a realização do “Grupo de Mulheres”. A segunda era, portanto, o melhor dia da semana em que as variações de gênero e de sexualidade se mostravam mais aparentes no GPV. Nas sextas-feiras, dia da “Tribuna Livre”, outros fatores eram também determinantes, tais como classe, estado civil e orientação sexual, para a participação dos membros da ONG e, por decorrência, a interação em espaços públicos após a atividade do GPV.

Buscando parceiros

De modo objetivo, muitas pessoas soropositivas que se tornaram membros do GPV tiveram de reorganizar suas vidas após saberem de seu *status* sorológico, mesmo suas interações com a família e seus parceiros sexuais, estáveis ou não. O tema da revelação do *status* sorológico era muito freqüente como tópico de contextos de discussão reflexiva, como a “Tribuna Livre”, ou mesmo em conversas informais entre pessoas afiliadas à ONG, mas em situações públicas fora dos espaços do GPV. O estigma

associado socialmente ao HIV-AIDS condicionava de forma negativa as suas estratégias pessoais de seleção de parceiros sexuais e, especialmente, de busca ou manutenção de uma relação amorosa e afetiva de longa duração. Assim, tão logo uma pessoa soropositiva tivesse se tornado um membro mais regular do GPV e adentrado mais intensamente nas formas de interação possibilitadas pela ONG, a entidade passava a ser considerada, para muitas pessoas, mas nem todas, como um espaço socialmente ideal para se encontrar eventuais parceiros sexuais e amorosos. Abria-se, assim, um mercado microfísico, especializado de possíveis encontros e parcerias sexuais, cujas regras dependiam do maior conhecimento, exatamente, das dinâmicas de interação social interna. Construía-se, então, interesses interpessoais de acesso a parceiros que, à primeira vista, não incorreriam em preconceito e atos estigmatizantes, afinal o princípio de convivência era a “solidariedade”. Como uma organização heterogênea em termos de gênero, orientação e identidades sexuais, essas diferenças objetivas efetivamente tiveram impacto nas condições de possibilidade de acesso a parceiros sexuais. Passo a discutir agora como a seleção de parceiros sexuais estava dependente da manutenção de identidades sexuais e de gênero em contextos de sociabilidade. Aqui as identidades clínicas, quais sejam, as definidas por critério ou *status* sorológico (Valle, 2000; 2002), tinham pouco ou relativo impacto, pois entendia-se que não seriam, necessariamente, obstáculos, ao menos a princípio, para os contatos sexuais. Princípios de prática de ‘sexo seguro’ eram ideologicamente mantidos e circulados socialmente entre os membros do GPV, mas deve-se pensar também nas estratégias que abertamente deveriam ser mantidas com eventuais parceiros sexuais em contextos fora da ONG. Acrescenta-se aqui o fato de que havia menor número de membros soronegativos no GPV, mas eles seriam, outra vez a princípio, abertos a possíveis encontros ou relações “sorodiscordantes”, se elas se concretizassem.

Formas de expressão e envolvimento sexual-afetivo desenvolveram-se em uma variedade de modos e contextos na ONG, reunindo membros de diferentes gêneros e orientações-identidades sexuais. Muitos dos contextos e situações, públicas ou privadas, a que me referi anteriormente davam oportunidade concreta para que uma pessoa abordasse outra em termos sexuais e afetivos. Permitiam condições objetivas para o florescimento e consolidação de amizades e interações nas mais variadas formas de intimidade: as atividades da ONG, os contextos de sociabilidade dentro ou fora de seu espaço social, eventos formais de grande número de participação (os congressos e seminários de ativismo HIV e soropositivo), festas e reuniões privadas etc.

Algumas mulheres do GPV tinham mais facilidade de expressão de sua intimidade pessoal através de discursos sobre sua sexualidade, inclusive de suas práticas objetivas de sedução. Em primeiro lugar, o “Grupo de Mulheres” constituía-se no contexto crucial onde sua sexualidade podia ser abertamente discutida. Mas a expressão da sexualidade feminina apresentava-se em outros contextos de sociabilidade dentro e fora do GPV, sobretudo por mulheres jovens e solteiras, mas também outras, então separadas ou viúvas de seus companheiros, falecidos por complicações em decorrência da AIDS. De idade entre vinte e quarenta anos, essas mulheres constituíam a maioria da participação feminina no GPV-Rio, sejam mulheres soropositivas ou soronegativas. Ao contrário, as mulheres casadas reforçavam publicamente o seu compromisso e fidelidade aos parceiros masculinos. Como cheguei a notar antes, elas participavam menos nos contextos de socialidade da ONG. Portanto tinham participação mais reservada e limitada nos assuntos e dinâmicas de ordem sexual a envolver o cotidiano do GPV. Considero essencial ilustrar essas diferenças de prática quanto à sexualidade a fim de evitar qualquer generalização mais simplista sobre a sexualidade feminina. Eram as mulheres jovens e sem relação mais formal com um parceiro

que estavam mais envolvidas nas redes sociais que se criaram a partir da filiação na ONG, o que incluía evidentemente a vivência mais pública da sexualidade.

Além da participação nas atividades do GPV, mulheres heterossexuais e homens *gays* envolviam-se em vínculos de ordem sexual e erótica. Essa cumplicidade podia ser galvanizada por seu interesse comum em termos sexuais. Normalmente, mantinham conversas e comentários sobre práticas e intimidade sexual com “bofes”. Revistas e jornais da imprensa *gay*, tal como o periódico carioca *Nós por exemplo*, publicado entre 1993-1996, eram circulados e repassados abertamente entre membros *gays* e suas colegas mulheres no GPV. Como o periódico tinha grande quantidade de fotos e material visual de corpos masculinos, as conversas podiam girar longamente entre homens e mulheres de diferente orientação sexual, incluindo comentários eróticos sobre os modelos masculinos. Esses comentários e conversas adicionais podiam tocar comumente na possibilidade de uma mulher soropositiva seduzir um homem *gay*, soropositivo ou não. Dentro de uma atmosfera ambígua de humor sexual e seriedade, mulheres heterossexuais podiam fazer propostas e flertar com a intenção de ‘converter’ homens *gays* em “heteros”, sobretudo em contextos públicos de sociabilidade, tais como bares e restaurantes ou nas festas e reuniões particulares fora do GPV. A idéia da sedução de um homem ‘difícil’ sublinhava mais intensamente as relações comuns entre os membros da ONG. Esse era o paradoxo vivido pelas chamadas “mulheres goiaba”, o de transformar “*gays*” em “homens”. O “lado goiaba” de algumas mulheres do GPV motivava conversas e era tema de piadas nas redes internas da ONG. Com ironia, algumas mulheres chegavam mesmo a se identificar explicitamente como “goiabas”. Certamente, estava em questão a idéia de que um homem “*gay*” podia tornar-se um “bofe”, qual seja, um ‘homem de verdade’, portanto julgando que ele preservava de modo profundo sua natu-

reza realmente de ‘macho’. Certa vez em uma casa de samba do Centro do Rio, uma mulher falou em voz alta para um colega *gay*, apoiando-se em um tom irônico, quando ele estava sendo abordado por uma outra mulher do GPV: “liberte o bofe dentro de você”.

Além disso, práticas e expressões de linguagem corporal reforçavam progressivamente os novos vínculos que se construía de amizade e de afeição pessoal entre homens e mulheres. Contudo, as fronteiras entre afeto e desejo eram tema freqüente de interesse. Se algum contato corporal mais íntimo, até mesmo um beijo, acontecesse entre uma mulher e um homem *gay* em um local público, o fato tornava-se de imediato tema de intensa conversação e rumor. Entre 1997 e 1998, uma verdadeira ‘obsessão’ com beijos apimentava os freqüentes encontros e reuniões de uma rede social de homens *gays* e mulheres (solteiras e/ou divorciadas) que tinham o hábito de saírem juntos toda sexta feira após a “Tribuna”. Na verdade, contato sexual mais íntimo não parecia ultrapassar a faixa dos beijos ‘públicos’ entre colegas de GPV. Havia certa mistura de ironia, provocação e ingenuidade nas demonstrações de erotismo através dos beijos. Era como se a demonstração de um beijo tórrido pudesse indicar a chance razoável de uma performance sexual de alto nível, o que motivava cenas e práticas objetivas de sedução dentro dessa rede de pessoas. Evidentemente estou me referindo a uma dinâmica própria de uma determinada rede de pessoas, o que não poderia ser generalizável, mas as questões envolvendo os vínculos entre *gays* e mulheres “hetero” merecem atenção. De fato, intimidade sexual com mulheres não era afirmada abertamente por homens *gays*, mas, se um deles declarava isso, envolvia de algum modo a exibição de proeza sexual. Mas algumas relações tornaram-se conhecidas e foram objeto de discussão e rumor interno no GPV, o que não impedia a emergência de tensão entre os próprios parceiros. Uma vez, um homem na faixa dos vinte anos, jovem, que não se definira nem como “*gay*”, “hetero” ou “bi”, teve um

curto romance com uma mulher heterossexual. Depois de alguns encontros, ela rompeu com o homem porque supostamente ele não podia (ou não queria) ter relações sexuais com ela. Depois, essa mulher passou a insistir que ele era, de fato, um “homossexual”, o que justificaria sua falta de virilidade. Aparece, assim, a ambigüidade provocada por esses encontros entre *gays* e mulheres heterossexuais. Por um lado, as “mulheres goiabas” buscavam a verdadeira masculinidade ‘enrustida’ de seus colegas *gays*, mas, por outro lado, essa busca se confrontava com uma frágil e tensa constatação, a de que eles não eram realmente machos.

Como aponta Simmel (1997, p. 125), “erotismo vem elaborar uma forma de jogo”, a arte do flerte (coqueteria) na qual a sociabilidade seria conduzida e exposta de modo expressivo. Simmel descreve os movimentos da coquete, que “oscila entre o sim e o não, sem interromper-se em um ou outro”. Ele não encara, porém, o flerte como uma ‘arte’ masculina. No GPV, mas também em outras ONGs que visitei e em certos espaços ou eventos públicos que conformavam o mundo social da AIDS, tais como os congressos como o “Vivendo”, as fronteiras sexuais e de gênero para o flerte eram comumente atravessadas, resistidas ou, ao contrário, usadas. Homens *gays* flertavam, por exemplo, com homens “heteros” ou “bissexuais”, mas podiam também flertar com mulheres, sobretudo se elas eram identificadas como “goiabas”. Como uma inversão performativa, um homem *gay* podia agir como ‘coquete’, freqüentemente oscilando entre práticas definidoras de gênero, enquanto mulheres podiam provocá-los ativamente em sua fala e seu comportamento, algumas vezes até tocando de forma direta seus colegas. Por sua vez, uma forma de humor efeminado, ‘*camp*’, podia ser também apropriado por alguns homens heterossexuais, que produziam seu próprio sentido, ‘carenta’, de performatividade ‘*camp*’, o que foi identificado certa época como “a pinta hetero”. Esses aspectos caracterizavam outra expressão da sociabilidade que emergia no cotidiano do GPV. Ainda que fossem mais

diretamente associadas a certos homens e certas mulheres, essas práticas de sedução e sociabilidade conformavam uma pragmática de expressão dos gêneros, abertas para apropriações bem singulares de seus respectivos referenciais. Com certeza, nem todos os membros *gays* e heterossexuais do GPV podiam ser identificados a esse humor efeminado, ‘*camp*’. Como notei antes, não seria possível generalizar o comportamento das pessoas em termos de um *ethos*, mas uma pragmática de efeminação espalhava-se nos contextos de sociabilidade e trabalho da ONG, provocando efeitos nas interações entre os componentes do GPV. Não se pode afirmar que havia a ênfase na transgressão, quando referenciais sexuais e de gênero eram apropriados de modo positivo. Mas pode-se pensar que a ONG contribuía para essas apropriações a partir mesmo de sua ideologia universalista e incorporadora das diferenças.

Apesar das suas intenções, mulheres soropositivas solteiras e separadas tinham, geralmente, mais dificuldade de encontrar parceiros masculinos na ONG, onde seus colegas eram na maioria homossexuais. Elas comentavam que passavam longos períodos sem parceiros sexuais, o que contrastava com relatos de seus colegas homens. Contudo, toda vez que aparecia um homem recém-chegado de aparência masculina, essas mulheres podiam tomá-lo como um possível parceiro. Esses recém-chegados eram motivo especial de discussão, muitas vezes com seus colegas homossexuais, que também queriam saber se eles eram realmente “bofes” ou apenas mais um homem *gay*. Assim, “pegar um bofe” era algo a ser comentado e planejado, afinando intenções de mulheres heterossexuais e *gays*, sobretudo considerando que o GPV tornava-se lugar estratégico para possíveis encontros, mais seguro, a princípio, para a revelação da sorologia. Nada impedia, porém, que procurassem parceiros heterossexuais em locais públicos fora da ONG. Mas o dilema da revelação do *status* sorológico estava presente nesses locais públicos. Em 1995-1996, duas jovens mulheres solteiras do GPV decidiram publicar anúncios

peçoais em um jornal carioca, *O Balcão*, identificando-se como mulheres soropositivas a procura de amigos e parceiros masculinos. Elas passaram a receber uma quantidade enorme de cartas de diversos homens. Em 1996, elas criaram, assim, o “Clube Positivo”, que foi pensado como um espaço informal de encontro entre pessoas de ambos os sexos, especialmente pessoas soropositivas. Mas pouco depois da criação, uma das duas líderes do “Clube” passou a ser mais rigorosa e restritiva sobre a participação de homens *gays* e lésbicas nesses eventos e reuniões. Isso gerou enorme polêmica e provocou conflito entre os participantes do Clube, especialmente sobre a definição clara sobre a orientação sexual, sobretudo no caso da participação de homens bissexuais:

Eu fui poucas vezes. A proposta do Clube Positivo, pelo que eu soube, seria das pessoas positivas se encontrarem. Se rolasse um namoro, rolaria. Se não rolasse, rolaria amizade. As pessoas, a princípio, jogariam baralho. Tomariam banho de piscina. Seria das pessoas soropositivas se encontrarem. Homens e mulheres. Eu fui poucas vezes. Me parece que depois rolou o lance de discriminar o *gay*. Seria o caso de heterossexuais, homens e mulheres. Chegou a ter reunião que foi um ou outro *gay*. Não sei bem como foi, mas depois chegou-se a se queixar: “que heteros são esses?” Depois você está lá. Bem, comigo não aconteceu não, mas um colega meu estava lá e disse. Ele foi assediado por um hetero lá, um suposto hetero. Como você vai definir essa história de sexualidade? É meio complicado, né. Não durou muito. Eu não sei por que não durou muito. Eu fui uma vez ou duas. Achei legal. Jogava baralho. Bebia. (...) Nessa vez foi numa casa de uma das meninas. A outra vez foi num bar em Ipanema. Enfim, não senti muita diferença do Clube Positivo para a convivência com o pessoal do Grupo Pela Vidda. (Eduardo, homem identificado como hetero, HIV+)

O “Clube Positivo” foi uma tentativa efetiva de criar interações entre homens e mulheres que ultrapassava o espaço institucional do GPV e suas redes internas. Perdurou por pouco tempo exatamente por ter se pretendido restringir em demasia a inclusão de pessoas pelo critério da orientação sexual, um critério que supunha certa fixidez nas identidades e práticas sexuais, sobretudo a dos homens. Mas as mulheres heterossexuais inquietavam-se com a possibilidade de comportamento bissexual de seus parceiros “heteros”. A bissexualidade masculina era considerada, portanto, um verdadeiro perigo a irromper no “Clube” e, de algum modo, através das parcerias que, sobretudo, as mulheres buscavam construir naquele espaço, apresentando-se como uma das contradições das dinâmicas sociais heterogêneas do GPV.

Através da história do GPV, as interações homossexuais seriam abertamente discutidas e apresentadas em suas atividades sociais e reflexivas. Muitos homens *gays* encontraram seus parceiros entre colegas que estavam ligados a redes sociais internas ou externas da ONG. De modo notável, sedução e “pegação” eram muito comuns. Entre 1993-1994, por exemplo, o trabalho conjunto das ONGs ABIA e GPV-RJ em um projeto de prevenção, voltado a “Homens que fazem sexo com outros homens”, facilitou ainda mais a presença de muitos homens jovens, “homos” ou “bi”, nos diversos espaços compartilhados pelas duas ONGs. As demais atividades, espaços internos e contextos informais de socialidade do GPV eram afetados freqüentemente por esse público masculino, digamos, sexualmente motivado, cujas tentativas de “pegar” recém-chegados eram, muitas vezes, vistas como audaciosas, o que motivou longamente críticas por parte de membros do GPV, especialmente de suas lideranças. Apelidos cáusticos eram dados a esses sedutores: “galinha”, “cadela” etc. Um membro do GPV foi apelidado com o nome da cantora Alcione, porque chegou a colocar em risco a reputação do Disque Aids Pela Vidda ao usar o serviço para a paquera de usuários

enquanto atuava como voluntário. Práticas sexuais não eram permitidas dentro do espaço da ONG, mas rumores eram comuns sobre relações sexuais entre homens em banheiros e escadas do edifício. Chegou-se até a discussão de um controle moral e espacial mais rígido, especialmente quando o projeto de prevenção estava sendo conduzido. Curiosamente, a questão não envolvia o uso ou não de camisinhas, mas se, de fato, houve alguma conduta sexual explícita. O elemento moral estava em evidência, inclusive reportando para a difícil dificuldade que as mulheres heterossexuais soropositivas teriam com aquele comportamento mais luxurioso.

Como se pode ver, não havia muita reserva ou obstáculo intransponível para os homens auto-declarados *gays* no GPV, que não eram geralmente reservados em expressar seus interesses de ordem sexual e, assim, “pegar” parceiros dentro e fora da ONG. Dentre as conversas, havia razoável exercício de mapeamento dos possíveis parceiros, tal como as mulheres jovens do GPV, dentre aqueles homens recém-chegados a ONG, sobretudo os considerados “bofes”. Certa vez, uma liderança passou a se vangloriar de sua habilidade em sedução porque ele teria “feito” com todos os “bofes” e “heteros” no GPV. Pensando na incidência da bissexualidade entre os homens definidos como heterossexuais da ONG, seu relato podia até não ser exagerado. Quando homens *gays* reportavam publicamente alguma relação sexual com “heteros”, não estavam se identificando necessariamente como “passivas”, sujeitos de acusação e estigma, enquanto os “ativos” não seriam socialmente estigmatizados, tal como autores têm reportado (Fry; Parker). Uma coisa seria considerar teoricamente as diferenças hierárquicas projetadas através de papéis sexuais; outra seria perceber empiricamente como o estigma sexual opera socialmente. Estigmatização depende de situações concretas e de agentes diferentes. Homens “ativos” podem ser tão estigmatizados como “passivos”, quando consideramos quem sabe sobre as relações em questão,

se a família ou se são outras mulheres como parceiras sexuais ou amigos homens etc. De fato, as implicações sociais de estigmatização (homo) sexual no Brasil estão ainda para ser exploradas mais extensivamente através de pesquisa social. Contudo, meus interlocutores de pesquisa, identificados como *gays* ou “homos”, rejeitavam uma posição estigmatizada, quando alardeavam práticas sexuais com seus parceiros “bofes” ou “heteros”. Mas, em segundo lugar, eles acabam por desacreditar a completa masculinidade dos seus parceiros “heteros” do GPV. Algumas vezes, esses comentários eram realizados diante de outros colegas heterossexuais, tanto em atividades como a Tribuna Livre quanto em bares e lugares públicos, quando havia um grupo de pessoas da ONG. Na maioria das vezes, nenhum deles chegou a contradizer seus colegas “homo”. Em 1997-1998, alguns desses homens de comportamento sexual ‘suspeito’ passaram a se sentir mais livres de se definirem como “bis”. Algo bem incomum anos antes, um discurso de bissexualidade masculina passou a aparecer como narrativas pessoais, identitárias. Na pesquisa, alcancei uma variedade de relatos de experiência de natureza homoerótica. Certamente, idéias de masculinidade heterossexual indicavam outras possibilidades quando elas interseccionavam com a situação do *status* sorológico, fazendo rever disposições anteriores de intimidade e desejo:

Homem: Você quer saber se rolou alguma vez? Dessa história do grupo para cá? Quando eu entrei pro grupo para cá. Aconteceu sim. Aconteceu duas vezes.

CGOV: Alguém do grupo ou gente de fora?

Homem: Do grupo.

CGOV: Antes do grupo, não?

Homem: Antes de eu ir pro grupo, assim, eu tive alguns lances, alguns relacionamentos, muito que esporádicos. Nada assim. Nunca tive um caso, uma coisa assim mais séria. Desde essa fase de adolescência, assim, numas

épocas da minha vida rolaram alguns relacionamentos. Nada de muito comprometedor. Nada de muito sério. Como eu vou dizer? Aconteceu algumas vezes. Às vezes, passava dois, três anos. Quatro, cinco anos. E acontecia alguma coisa. Nesses relacionamentos eu sempre fui ativo. Quer dizer. Por que ativo? Não sei? Eu nunca tive vontade de dar. Aliás, só de tocar na minha bunda eu já começo a ficar... Eu acho que é o lance do machismo mesmo. Você já fica meio assustado. Então, aconteceu sim antes do grupo. Depois do grupo, aconteceu umas duas vezes. Do grupo... (...) Então, eu tinha uma certa prevenção. Um pé atrás com esse lance do homossexual. Com esse tipo de relacionamento. Então, isso não quer dizer que não aconteceu. Estou te falando: aconteceu. Algumas vezes aconteceu. Nada de muito pesado ou coisa muito longa. Vou dizer para você. Foi confessar para você. Foi legal. Foi bom. Não me arrependo. Se não tivesse que acontecer, não aconteceria. Eu não me arrependo. Nada que me violentasse hoje, claro. Quando eu era adolescente, a primeira vez que aconteceu uma coisa dessas para mim foi muito mal de cabeça, uma coisa péssima, entendeu? Eu achava que era pecado. Eu acho que não podia acontecer. Diferente de quando rolava com uma mulher. Era uma coisa mais leve, mais natural. Eu acho que tudo isso é o machismo também da gente. ... Hoje, eu não sei. *Com essa história do HIV, você fica muito mais flexível com um monte de coisa, sabia? De repente, tem situações que você está tão carente, tão carente. Você não está se importando muito se é com mulher e se é gay. De repente, você está querendo um abraço, independente de rolar sexo ou não.* É aquilo que eu te falei antes da sensibilidade, da carência, da dor. Enfim, esse lado todo da solidão. Um conjunto de coisas que de repente você já sentia antes, questionava antes e que acrescenta. Depois do HIV, essas coisas vêm mais à tona, eu acho. Elas ficam mais latentes. Essas carências, essa parte de sensibilidade, de carência. (Entrevista com homem heterossexual do GPV, camada popular, grifos do pesquisador)

Depois de 1994, passou a ser mais comum a presença de discursos de heterossexualidade masculina, inclusive questões envolvendo a criação de vínculos sexuais e afetivos com mulheres, sobretudo quando um conjunto de homens de identidade *hetero* começou a ser mais expressivo em atividades como a Tribuna Livre. Em sua maioria, esses homens eram solteiros, divorciados ou tinham terminado uma relação conjugal em tempo recente. Muitos tinham passado por histórias pessoais de caráter traumático, envolvendo separações conjugais e perda de emprego, após o conhecimento do *status* sorológico, o que lhes deixava na situação constrangedora de aposentadorias precoces ou limitação no acesso a benefícios, embora sendo todos ainda relativamente jovens. Certamente alguns poucos conseguiram manter família e trabalho. Portanto, um ideal masculino de provedor familiar tornava-se crucial para aquelas experiências. Em geral, a presença dos homens heterossexuais soropositivos provocava uma reação ambígua e nada fácil por parte de mulheres heterossexuais soropositivas, que estavam buscando um companheiro ou parceiro mais duradouro. Havia razoável tensão envolvendo questões de mútuo interesse sexual. Diferenças de classe eram fator importante, pois muitos dos homens recém-chegados provinham de famílias das camadas populares, enquanto várias das mulheres do GPV originavam-se de vários segmentos das camadas médias cariocas. Em contraste, os homens podiam fazer julgamentos morais sobre as mulheres solteiras do GPV. Algumas vezes, presenciei pequenos grupos, informais, de três a quatro homens soropositivos, auto-identificados como “heteros”, que estavam a bater papo sobre mulheres e paqueras, inclusive sobre as mulheres solteiras do GPV. Algumas mulheres eram descritas como ‘vulgares’ e até identificadas por termos bem negativos do ponto de vista moral: “vaga-ba”. De fato, esses homens estavam checando as possibilidades de eventual relacionamento amoroso ou sexual, mas também procediam por um julgamento moral generalista sobre seu comportamento. Algumas

idéias de promiscuidade feminina, comumente circulada na imprensa sobre mulheres com HIV, eram também empregadas por esses homens do GPV, que podiam também ser corroborados por alguns colegas *gays*. É claro que esses contextos e situações geravam controvérsia e alguns homens podiam questionar as posturas misóginas e moralistas de seus colegas. A representação da sexualidade feminina ativa aproximava-se de um tratamento negativo e homogêneo, se a mulher era uma “vagaba” ou não. De fato, essas representações produziam certo impacto nas relações de gênero objetivas entre homens e mulheres do GPV, evidenciando a tensão entre homens e mulheres identificados como “heteros”.

Apesar de diferenças culturais e de classe, bom número de homens e mulheres auto-identificados como heterossexuais teve casos erótico-afetivos. Alguns deles tornaram-se relações duradouras, sendo consideradas verdadeiros ‘casamentos’, mas outros – na verdade a maioria – duraram apenas um curto período de tempo. Homens e mulheres desenvolviam, tal como seus colegas homossexuais, algumas estratégias de criação de parcerias. Certa vez, um homem heterossexual soropositivo, separado, oriundo das camadas populares, contou-me que estava à procura de uma parceira soropositiva, o que o motivou a abordar mulheres do GPV. Certa vez, uma mulher soropositiva, também das camadas populares, tentou seduzi-lo. Como esse homem considerava a mulher uma verdadeira “roubada”, passou a definir-se como *gay* para ela, evitando, assim, um maior interesse da mulher. Como ele quis ‘passar’ como homem *gay*, percebe-se que homens autodefinidos como “heteros” usavam também outras identidades sexuais e referências sexuais a fim de criar estratégias particulares, situacionais de interação (social e sexual) nos espaços do GPV.

Em resumo, as mulheres do GPV tinham demandas específicas para criar relações. Por seu turno, homens *gays* eram mais inseridos e associados com os fatores sociais da ‘cena *gay*’, sobre os modos e fatores que

possibilitavam relações homossexuais. Os homens heterossexuais soropositivos eram muito associados a uma velada bissexualidade ou, então, a práticas e idéias misóginas e irresponsáveis em termos sexuais. Todos eles tiveram, porém, problemas efetivos de revelação do *status* sorológico para seus parceiros e companheiros sexuais, especialmente aqueles considerados promissores de uma relação erótico-afetiva.

Considerações finais

O Grupo Pela Vidda-Rio definia uma organização cujos espaços sociais priorizavam valores universalistas, princípios e práticas igualitárias. A princípio, a afiliação ao GPV não decorria de especificidades de gênero e identidade sexual, nem por um critério exclusivamente sorológico. A heterogeneidade interna era social e ideologicamente privilegiada. Assim, homens e mulheres de diferentes identidades e orientações sexuais compunham, interagiam e participavam do grupo inclusive favorecendo interações entre homossexuais masculinos e homens heterossexuais. Essa composição não era automaticamente alcançada e facilmente integrada *per se*. Homens e mulheres reproduziam e incorporavam modelos culturais e ideológicos variados, porém amplos, que definiam as interações de sexo-gênero. Contudo, gênero e identidade sexual precisavam ser apresentados. Elas não eram definições dadas ou um conjunto de atributos que homens e mulheres aprendiam e reproduziam constantemente sem qualquer mudança. Práticas de humor e relações jocosas constituíam o padrão social ideal de interações que provinham de condições objetivas para sociabilidade numa organização heterogênea como o GPV. A ambigüidade podia ser um investimento. O GPV era um espaço social que permitia condições mais apropriadas para possibilidades de performatividade sexual e de gênero do que outros espaços e contex-

tos. Estas situações empíricas de performatividade de gênero e sexual não eram, portanto, irrestritas e sem constrangimentos, mas condicionadas por práticas objetivas envolvendo agentes definidos por relações de poder.

Notas

- ¹ Deve-se registrar o uso das aspas. As aspas duplas (“”) são utilizadas para termos locais, empregados por meus interlocutores de pesquisa ou associados aos contextos sociais empíricos em questão, e também para citações de frases e conversas advindas das entrevistas e da pesquisa etnográfica (com exceção das citações longas recuadas). Uso aspas simples (‘’) para termos e expressões que, por não poderem ser tomados em sentido geral, evidenciam certa dúvida e limitação sobre seu uso e seus significados, apresentando portanto validade relativa.
- ² Não estou cogitando nenhum caráter especial, transformador, das ONGs AIDS, muito menos daquelas que pesquisei. Entendo que o tipo de questão que estou tratando faz parte de um cenário mais abrangente de mudanças e revisões que têm afetado mais amplamente as ordenações sociais de gênero e da sexualidade.
- ³ Deve-se comentar que a autonomização do GPV diante da ABIA, em termos financeiros, precisa ser aludida, afinal o GPV inseriu-se em sua trajetória, mais facilmente do que outras ONGs, na esfera de fluxos financeiros que caracteriza a epidemia do HIV/AIDS. Penso aqui na propriedade dos argumentos de Arjun Appadurai sobre os finança-panoramas (Appadurai, 1999). Portanto, projetos da ONG foram continuamente sendo aprovados, inclusive através da Fundação Ford, da Misereor e outras agências de cooperação internacional. Não podemos esquecer também da crescente parceria com o próprio Ministério da Saúde, envolvendo “projetos” específicos. Essa discussão não faz parte do escopo desse trabalho, mas esclarece o caráter profissionalizado da ONG.
- ⁴ Em resumo, os métodos para a pesquisa foram: a) observação participante multisituada; b) entrevistas em profundidade (52 informantes, tanto HIV+ quanto HIV- e não testados); c) um *survey* de pequena escala no GPV (78 pessoas); d) pesquisa histórica e de arquivo.

- ⁵ De acordo com Guimarães (1998), a afirmação das identidades sexuais pode levar a “problemas classificatórios”, especialmente entre homens e mulheres das camadas populares, inclusive as que vivem uma relação conjugal estável, quando suas identidades contrastam com as que são normalmente operadas pela medicina. Racionalidades distintas seriam operadas e, de certo modo, se contradiriam entre si.

Bibliografia

- APPADURAI, Arjun
1999 “Disjunção e diferença na economia cultural global”, in FEATHERSTONE, Mike (org.), *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*, Petrópolis, Vozes.
- BIEHL, João
2007 *Will to Live: AIDS Therapies and the Politics of Survival*, Princeton, Princeton University Press.
- BOURDIEU, Pierre
1977 *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.
1986 *Distinction, a Social Critique of the Judgement of Taste*, London, Routledge.
- BUTLER, Judith
1993 *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of “Sex”*, New York, Routledge.
1999 [1990] *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, New York, Routledge.
- CLETO, Fabio
1999 *Camp: Queer Aesthetics and the Performing Subject – A reader*. Edinburgh, Edinburgh University Press.
- CRENSHAW, Kimberlé
1991 “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”, *Stanford Law Review*, vol. 43(6): 1241-1279.
- DOUGLAS, Mary
1975 *Implicit Meanings*, London, Routledge & Kegan Paul.

FRY, Peter

- 1982 "Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil", in *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar.
- 1986 "Male Homosexuality and Spirit Possession in Brazil", in BLACKWOOD, E. (ed.), *The Many Faces of Homosexuality: Anthropological Approaches to Homosexual Behavior*, New York/London, Harrington Park Press.

GALVÃO, Jane

- 2000 *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*, Rio de Janeiro, ABIA/Ed. 34.

GOFFMAN, Erving

- 1981 *Forms of Talk*, Oxford, Basil Blackwell.
- 1990a *The Presentation of Self in Everyday Life*, Harmondsworth, Penguin Books.
- 1990b *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*, Harmondsworth, Penguin Books.

GOLDSTEIN, Donna

- 1994 "AIDS and Women in Brazil: The Emerging Problem", *Social Science and Medicine*, vol. 39(7): 919-929.

GUIMARÃES, Carmen D.

- 1996 "Mais merece!: o estigma da infecção sexual pelo HIV/AIDS em mulheres", *Estudos Feministas*, vol. 4(2).
- 1998 *Descobrimo as mulheres: uma antropologia da AIDS nas camadas populares*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ.
- 2001 *AIDS no feminino: por que a cada dia mais mulheres contraem AIDS no Brasil?*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

KAYAL, Philip

- 1993 *Bearing Witness: Gay Men's Health Crisis and the Politics of AIDS*, Boulder, Westview Press.

KLEIN, Charles H.

- 1996 *AIDS, activism, and the social imagination in Brazil*, Ph.D. (Dissertation in Anthropology), University of Michigan.

- LEAP, William L.
1995 *Beyond the Lavender Lexicon: Authenticity, Imagination, and Appropriation in Lesbian and Gay Languages*, Gordon and Breach Publishers.
- MALKKI, Liisa H.
1997 “News and Culture: Transitory Phenomena and the Fieldwork Tradition”, in GUPTA, Akhil; FERGUSON, James (eds.), *Anthropological Locations*, Berkeley, University of California Press.
- McCALL, Leslie
2005 “The complexity of intersectionality”, *Signs*, vol. 30(3).
- MEYER, Moe (ed.)
1994 *The Politics and Poetic of Camp*, London, Routledge.
- PARKER, Richard G.
1991 *Bodies, Pleasures and Passions: Sexual Culture in Contemporary Brazil*, Boston, Beacon Press.
- SIMMEL, Georg
1997 [1911] “The Sociology of Sociability”, in FRISBY, David; FEATHERSTONE, Mike (eds.), *Simmel on Culture*, London, SAGE.
- SONTAG, Susan
1987 “Notes on Camp”, in *Contra a interpretação*, Porto Alegre, L&PM.
- VALENTINE, David
2007 *Imagining Transgender: An Ethnography of a Category*, Durham, Duke University Press.
- VALLE, Carlos Guilherme do
2000 *The Making of ‘People living with HIV and AIDS’: Identities, Illness, and Social Organization in Rio de Janeiro, Brazil*, Ph.D. (Dissertation in Anthropology), University of London.
2002 “Identidades, doença e organização social: um estudo das ‘pessoas vivendo com HIV e AIDS’”, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, vol. 17.

VALLINOTO, Tereza C.

1991 *A construção da solidariedade: um estudo sobre a resposta coletiva à AIDS*, Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Rio de Janeiro, ENSP/Fiocruz.

ABSTRACT: Considering the plural and socially heterogeneous character of HIV/AIDS epidemics, I intend to present the pragmatic forms and ways of gender appropriation, negotiation and conflict in regard to the meaningful dispositions of masculinity and femininity as well as the broad combinations between men and women of different sexual identities and/or specific serologic status. I will describe and discuss the particular contexts in which the HIV/AIDS social world was developed. Above all, I focused the everyday activities in one important Brazilian AIDS NGO. Public and private situations in Rio de Janeiro will be also approached. I intend to discuss how new subjectivities can be created and made through the use of sexual and serologic categories, moral values and gender performances.

KEY-WORDS: Intersectionality, HIV/AIDS, Gender, Sexuality, Identity.

Recebido em agosto de 2008. Aceito em dezembro de 2008.